

ALTO DA RAIIA

Julho 2020 Ano XXIII Nº 101 Director: Manuel Alcino Fernandes

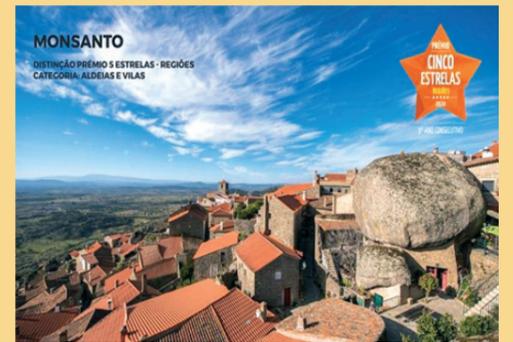
Município do Sabugal promove Projecto 5 Vilas Medievais

Pág. 10



Monsanto vence Prémio Cinco Estrelas Regiões 2020 pelo terceiro ano consecutivo

Pág. 5



RAIA

Portugal quer fazer da raia espaço onde não se note fronteira com Espanha

Pág. 5



JUSTIÇA

Assembleia Municipal da Guarda defende instalação do Tribunal Administrativo e Fiscal na cidade

Custos de deslocação e inexistência de transportes públicos, tanto a opção por Castelo Branco como a opção por Viseu, são geradoras de profundas desigualdades e dificuldades no acesso ao direito e à tutela da Justiça Administrativa pelos habitantes do distrito da Guarda.

Pág. 9

IMPrensa

Portugal é dos países onde mais se confia em notícias

Em 40 países Portugal ocupa o primeiro lugar, a par da Finlândia, de acordo com o Digital News Report 2020. A confiança média em notícias caiu, entre 2019 e 2020, cinco pontos percentuais.

Pág. 6

Termas de Almeida reabrem no dia 11 de Julho

O Município de Almeida está a preparar o balneário termal para garantir aos aquistas todas as condições de segurança, higiene e de distância, obedecendo aos protocolos de higiene, limpeza e controlos bacteriológicos recomendados pela Direção-Geral de Saúde (DGS).

Pág. 8



EDITORIAL

Duas palavras sobre a Obra de João Marinho dos Santos

Antes de mais trata-se duma brilhante panorâmica de história local e regional. Depois, é a procura de uma revalorização da identidade cultural do nosso concelho, sem discriminar contributos nem esquecer nenhum dos diversos períodos históricos em questão. Há longos anos que João Marinho dos Santos vem desenvolvendo, em arquivos Locais e em contacto com as comunidades rurais de Riba-Côa, uma profunda pesquisa histórico-sociológica.

Pobreza e Cultura no Concelho de Almeida foi o primeiro trabalho do Historiador sobre o nosso concelho. São dois volumes fotocopiados que consubstanciam, numa síntese, os textos esparsos que foram redigidos para suporte de projectos executados pelo Centro de Acolhimento e Integração Social de Vilar Formoso (CAIS). Seguiram-se *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas* e *O Concelho de Almeida: Esboço Histórico-Sociológico*.

As Memórias Setecentistas são um excelente contributo para a identificação de sítios e lugares que albergaram pequenas comunidades humanas, inseridas em configurações de espaços físicos, etnográficos, económicos, político-administrativos e culturais, que, eventualmente, continuamos a desconhecer, mas que suportam o corpo e a alma do Portugal mais profundo.

O Esboço Histórico-Sociológico sobre o concelho de Almeida, lembra-nos que um território não é um espaço neutro, indiscriminado, sem titularidade. Ele exprime, sempre, a relação das suas gentes com o meio físico, regista os seus modos de vida e os seus comportamentos, recolhe as crenças e testemunha os sinais de história ou da memória colectiva de uma comunidade humana. Aqui, João Marinho dos Santos, debruça-se, fundamentalmente, sobre o Território, o Povoamento, as Economias Produtoras e os Modos e as condições de Vida da população.

Curiosamente, o concelho de Almeida tem uma área superior à média dos municípios nacionais – 518 Km². Historicamente, é um facto que este concelho, até bem tarde (séc. XIX), se viu reduzido a apenas três freguesias (Almeida, Junça e Vale da Mula). Porém, pela Divisão Administrativa de 1843, foi aumentado com as freguesias do extinto concelho de Castelo Bom (a da sede, da Freineda, de Vilar Formoso, de S. Pedro de Rio Seco e das Naves).

João Marinho dos Santos salienta que, através do De-



Manuel Alcino Fernandes

«*O concelho de Almeida não se compadece com simples medidas avulsas. Exige um conjunto de atitudes que transponha o horizonte temporal*»

creto de 7 de Dezembro de 1870, a maior parte das freguesias do extinto concelho de Castelo Mendo passaram para a administração de Almeida e, por um outro diploma, com data de 1 de Março de 1883, as de Malhada Sorda e Nave de Haver seguiram os mesmos passos. Tiveram idêntico destino, a 12 de Julho de 1895, as freguesias de Miuzela, Porto de Ovelha, Parada e Valverde.

Costumes e Foros de Castelo Bom, Livro editado em Outubro de 2018, é um notável trabalho de pesquisa sobre o código de normas medievais para regulamentar a vida dos habitantes deste antigo concelho de Riba-Côa. Retoma, em começos do século XIII, muito do normativo dos designados *Fueros Leoneses*, em particular dos geograficamente mais próximos e tidos por modelares, mas introduz algum cunho local entrosado com o cunho tradicional ou costumeiro. A obra aborda a formação do município de Castelo Bom, a reconquista Cristã, o repovoamento da “Extremadura” Leonesa e o que era viver no concelho de Castelo Bom: o território e os recursos naturais, os agrupamentos Humanos e Sociais, a propriedade de raiz, a governação e administração e a organização judicial.

Na introdução deste trabalho, João Marinho dos Santos realça a singularidade da paisagem física desta aldeia medieval e refere que, a igual distância das cidades da Guarda e de Ciudad Rodrigo, visita-se Castelo Bom e depara-se com um aninhado e atraente casario, postado em arredondado morro por entre aflorações graníticas que resvalam para o rio Côa. Demografica e economicamente a ex-vila e sede de concelho está hoje exausta, valendo-lhe o sopro intermitente de alguns visitantes e proprietários de ‘casas de férias’.

João Marinho dos Santos é Licenciado em História e

doutorado em Letras (História Moderna e Contemporânea) pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Foi Director do Instituto de História da Expansão Ultramarina e tem desenvolvido produção científica principalmente nas áreas de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa e de História Local. Presidiu, também, à Comissão Científica do Grupo de História da sua Faculdade e foi Coordenador Científico do Centro de História da Sociedade e da Cultura.

Entre os seus numerosos Livros, destacamos: *Os Açores nos Séculos XV e XVI*; *Diogo do Couto: Tratado dos feitos de Vasco da Gama e seus filhos na Índia*; *A Guerra e as Guerras na Expansão Portuguesa (séculos XV e XVI)*; *Os Portugueses em Viagem pelo Mundo – Representações Quinhentistas de Cidades e Vilas*; *Santa Cruz do Cabo de Gué d’Agoa de Narba – Estudo e Crónica* (edição em português e Árabe) – Prémio Gulbenkian 2008 da Academia Portuguesa de História; *A Historiografia dos Descobrimentos e Estudos sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa*.

Com uma admirável visão estratégica do concelho e da nossa região, João Marinho dos Santos presidiu à Assembleia Municipal de Almeida, entre 1986 e 1989, conferindo a este órgão deliberativo municipal uma ampla dimensão cultural e democrática. Como Historiador, João Marinho dos Santos sabe que “a história não é tanto a ciência que estuda o passado, mas o presente”. E no presente, a desvitalização do concelho de Almeida e a sua posição marginal e de fronteira, não se compadem com simples medidas avulsas. Reclamam, isso sim, um conjunto de atitudes que transponha o horizonte temporal. O dilema de hoje não é diferente do problema de ontem: ou escolhemos a lucidez ou aceitamos a miopia.

IV Oficina de História da Guarda será online com sessões síncronas

O Centro de Estudos Ibéricos (CEI) promove entre 13 e 24 de julho, a IV Oficina de História da Guarda, subordinada ao tema “Artesãos, Mercadores e Vida Urbana na Guarda pré-industrial”. Dirigida por Rita Costa Gomes, Professora de História na Universidade de Towson (Maryland, EUA), a iniciativa visa promover a pesquisa sobre Património e História da Guarda e da região. A Oficina decorrerá em 10 sessões síncronas online em horário pós-laboral através da plataforma Zoom.



Alto da Raia

FICHA TÉCNICA

Director: Manuel Alcino Fernandes; **Colaboradores:** Luís Queirós; Hélio Bernardo Lopes; Jorge Carvalheira; António Lourenço André; João Borges Vieira; José Manuel F. Gonçalves; Carlos Barroco Esperança; Domingos Lopes Cerqueira e Laura Brás Ramos e Laura Barreiros. **Fotografia:** Samuel Fernandes; **Paginação:** Paulo Canelas - Casa Vértas - Guarda (Tel. 271 222 105); **Impressão:** Fábrica da Igreja Paroquial de S. Miguel da Sé. **Tiragem:** 1000 exemplares; **Periodicidade:** Bimestral; **Depósito Legal:** N.º 107036/97; **e-mail:** altodaraia@gmail.com; **Propriedade:** Centro Social do Rio Seco * Largo da Capela N.º 3 - 6355-160 S. Pedro de Rio Seco * Tel. 271 513 369 | 271 511 054 * **NIB da conta corrente:** 0035 0360 0006 1414 23044; * e-mail: centrosocialdorioseco@gmail.com

ANÁLISE

A Extrema-Direita em Portugal

«Um erro de fundo do Estado Português: a completa ausência de educação dos nossos alunos ao redor dos Direitos Humanos, da Constituição da República e da União Europeia. De um modo muito geral, os nossos estudantes quase não veem tratados estes temas nas suas escolas»

Para se poder perceber o modo como a Extrema-Direita vem despontando em Portugal, é essencial olhar a História de Portugal dos Séculos XX e XXI. E tudo isto, naturalmente, não esquecendo nunca que a História é a Geografia em movimento. Convém, pois, nunca esquecer os mais que expectáveis efeitos da localização geográfica de Portugal, isolado do resto do mundo, apenas fazendo fronteira com Espanha e com o Atlântico.

Em primeiro lugar, são conhecidas as condições que acabaram por conduzir à mudança de regime político, com a passagem da monarquia para a república. O isolamento geográfico, de parceria com o clima, gerou um modo muito próprio de ir olhando a vida. Invariavelmente, os portugueses demandavam terras que lhes eram alheias, fosse em África, ou no continente americano, ou no centro europeu, embora existissem, por igual, outros destinos espalhados pelo resto do mundo, mas mais distantes e, por isso mesmo, muito menos procurados.

Este mecanismo, em maior ou menor grau, esteve sempre presente em Portugal, revelando a necessidade de procurar fora do país o que não se conseguia entre nós como elevador social. Mas tal estrutura funcional gerou também uma atitude fortemente egoísta, marcada pelo facto de apenas se conseguir vencer por iniciativa meramente própria, invariavelmente em face de um Estado fraco, que nunca se determinou a deixar de o ser. A verdade é que a História de Portugal vive marcada, mormente naqueles séculos, por este mecanismo.

Central na nossa História do Século XX é a II República. E, ao contrário do normalmente omitido, o regime constitucional de 1933 suportou-se, como tenho exposto amiúde, em três pilares absolutamente essenciais: no Exército, na Igreja Católica Romana e na tolerância e compreen-

são da grande maioria do Povo. Uma população, portanto, profundamente alheada do espírito democrático, até por reter ainda, de um modo claro, o que se passara durante a I República e no que tudo acabou por dar. Pelo que sempre pude ver, em tempos muito distintos, os portugueses mostravam-se satisfeitos com a existência de uma estrutura de moral e de ordem, com a evidência da honestidade moral e política de Salazar com a garantia da estabilidade conseguida. É verdade que se vivia mal, mas só quem não visitou Espanha em 1971, como se deu comigo, poderia imaginar que as coisas eram aqui excelentes.

Havia, porém, dois fatores que, de um modo muito geral, não eram tidos em conta. Por um lado, o mais que natural cansaço com a defesa das antigas províncias ultramarinas, mormente ao nível dos oficiais dos quadros permanentes, que se foram reduzindo para níveis nunca imaginados. E, por outro lado, que o regime constitucional de 1933 era fortemente heterogéneo no domínio da sua estrutura humana de suporte. Como Salazar já pensava e contara a alguns amigos mais íntimos, o regime terminaria com a sua saída do exercício do poder. E assim se deu.

O Movimento das Forças Armadas, que gerou a Revolução de 25 de Abril, ao contrário do que muitas vezes é dito a muito alto nível, apenas foi tolerado. E, desde logo, porque a população portuguesa estava farta da contingência destinada a defender as províncias ultramarinas. O raciocínio, que era de elaboração simplista, reduzia-se a esta ideia: os outros países europeus, que também haviam estado por todo o mundo, já haviam concedido a independências às suas antigas possessões, pelo que se nos impunha seguir esse mesmo caminho.

Conseguida a vitória na Revolução de Abril, de imediato os seus principais obreiros foram relegados para um plano completamente se-

cundário, rapidamente ultrapassados pelos mudos apurados, silenciosos e que foram esperando o tempo que, imaginavam, acabaria por chegar. E chegou. Chegou mas não por aqui, sim pelo fim da União Soviética, pelo triunfo do neoliberalismo, pela criação da globalização e, por fim, com a chegada de Donald Trump ao poder nos Estados Unidos. E foi só a partir daqui que se começou a desenvolver, em Portugal, a presença ativa da Extrema-Direita.

Percebe-se já hoje que a vitória de Donald Trump se constituiu no maior perigo para a Humanidade. Mesmo tendo sido eleito pelos usuais mecanismos democráticos, percebe-se que se está perante um verdadeiro ditador, para mais ao leme de uma potência nuclear cimeira, e que não hesitará em pôr um fim na estrutura constitucional dos Estados Unidos se, por inacreditável erro dos eleitores, vier a ser reeleito. E não estamos nada longe de uma possível guerra com a China, assim ele entenda que, por essa via, poderá continuar no poder. É por ser esta a realidade que estimo, que entendo a publicação do livro de John Bolton. Mesmo sendo um falcão, ele ainda respeita a Constituição Americana e as tradições do país, percebendo o fantástico risco que advirá de uma reeleição de Donald Trump, o Bronco, mas um indiscutível ditador.

A vitória de Trump fez mudar o mundo, como já se percebeu. E por igual se percebeu que, com Trump, a ideia de Estado Democrático de Direito está em queda vertiginosa. Uma reeleição sua porá um fim prático na mesma. De resto, as pessoas já se terão dado conta de que não dispõem de poder, a não ser para votar. O problema é que esse voto não tem indicações políticas, apenas girando ao redor de ideias vagas e completamente incontrolá-

veis pelos cidadãos. Por isso Salazar disse um dia que nunca havia lisonjeado os homens ou as massas, diante de quem tantos se curvavam em atitudes que eram uma subserviência ou uma abjeção.

E tinha razão, porque o Povo é badalado a cada momento, mas, objetivamente, não tem poder para exigir uma qualquer política. E mais: entre nós, invariavelmente, nem se liga à política, vindo o futebol ou um qualquer programa sem nexos muito à sua frente. Por isso eu defini o português deste modo já conhecido de muitos: não viu, não ouviu, não sabe, não pensa, obedece. O português não quer chatices, esperando que as coisas se resolvam por quem tem poder para o fazer, desde que o faça com uma evidência de razão, com honestidade e com o mínimo de segurança global para cada um e sua família.

E, em segundo lugar, a distribuição da atitude política dos portugueses. Não são fervorosos adeptos da democracia, mas não anseiam por uma ditadura, antes toleram a democracia. Elegeram Salazar como O MAIOR PORTUGUÊS DE SEMPRE, mas não apoiam, hoje, uma política como a implantada por este. Desejam, isso sim, que a democracia mantenha a segurança e a ordem pública, e que o Estado Social continue em vigor, porque o acesso a cuidados de saúde, ao saber e a uma velhice digna é incomportável para a sua esmagadora maioria.

A verdade é que existe uma Direita política, situada, até há pouco, por entre o CDS e o PSD. Estes concidadãos foram-se anichando naqueles dois partidos fundadores da nossa democracia. Uma minoria deles, porém, sempre desejou o fim da democracia. A falta de coragem e as condições da política mundial, impediram a sua manifestação mais aberta e organizada. Tendo começado pela mão de um

ou dois intelectuais monárquicos nacionalistas, desde o início incorporaram a violência como uma ferramenta de intervenção social. Tal como as SA haviam feito no dealbar do nazismo alemão.

A vitória de Trump nos Estados Unidos potenciou o surgimento destes anichados no CDS e no PSD à luz do dia, mas, à semelhança do que fez Hitler com as SA, preferiram seguir o caminho da legalidade constitucional até chegar ao poder, atuando depois à luz das possibilidades que vierem a surgir. Assim se dá hoje com a nossa Extrema-Direita: diz não ser racista, nem xenófoba, nem o que mais possa ser de mau. Simplesmente, se quer ter representação parlamentar e crescer junto do eleitorado, tem, para já, de usar as regras estabelecidas. Depois, se os portugueses calharem a viver na Lua, logo se operarão as essenciais mudanças. Mas tudo passará logo a ser distinto se Trump vier a perder as eleições sem conduzir o mundo para uma guerra que o ajude a manter-se no poder.

Por fim, um erro de fundo do Estado Português: a completa ausência de educação dos nossos alunos ao redor dos Direitos Humanos, da Constituição da República, da União Europeia e da Organização das Nações Unidas. De um modo muito geral, os nossos estudantes quase não veem tratados estes temas nas suas escolas. Sendo expectável que o ambiente caseiro mantenha muitos dos males que vêm de trás, ou a escola trata de suprir estas deficiências, ou a situação não mudará. Ou antes: se Trump for reeleito, poderá mesmo mudar para pior.



Hélio Bernardo Lopes

Derrota da extrema-direita nas eleições municipais francesas



A União Nacional de Marine Le Pen reduziu quase para metade o número de eleitos locais. A vitória em Perpignan não conseguiu apagar os fracos resultados eleitorais do passado fim de semana. 840 eleitos em 258 comunas. Este foi o resultado da formação de extrema-direita francesa União Nacional. São

muito menos do que os 1.438 eleitos em 463 comunas que o partido de Marine Le Pen tinha obtido nas últimas autárquicas francesas em 2014. O número de listas apresentadas para estas eleições, que desceu 30%, demonstrava já haver problemas. Isto apesar da direção partidária ter alegado que estava a preferir “a

qualidade em vez da quantidade”. E a primeira volta destas eleições tinha indicado que os resultados da União Nacional não seriam brilhantes. O partido descera nas cidades com mais de dez mil habitantes, até nos seus bastiões de Hauts-de-France e Provence-Alpes-Côte d’Azur.

Governo contabiliza 194ME para inovação produtiva nas empresas e investigação científica

14A ministra da Coesão Territorial disse que houve “uma verdadeira avalanche de candidaturas” para apoios à inovação produtiva nas empresas e à investigação e desenvolvimento científico no contexto da pandemia da covid-19, contabilizando 194 milhões de euros. “Atualmente, o valor disponível já vai em 194 milhões de euros, isto é, não fizemos mais do que responder à procura, uma procura que era absolutamente fundamental nos territórios para responder aos contextos de covid”, afirmou a governante Ana Abrunhosa, numa audição na comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, na Assembleia da República, em Lisboa.

No âmbito da criação de duas linhas de apoio, na sequência da pandemia da covid-19, para apoio às empresas que redirecionaram a produção para as necessidades que a pandemia impôs e para incentivar as ati-

vidades de investigação e desenvolvimento científico, a tutela tinha reservado 70 milhões de euros, quase 40 milhões dos Programas Operacionais Regionais, verba que foi reforçada devido à procura. “A procura, felizmente, ultrapassou as expectativas, houve uma verdadeira avalanche de candidaturas”, indicou Ana Abrunhosa, revelando que houve “1.512 candidaturas que pediram mais de 600 milhões de euros em fundos europeus”.

Neste momento, os Programas Operacionais Regionais sustentam 130 milhões de euros dos 194 milhões de euros a disponibilizar, ou seja, “praticamente 70% deste financiamento”, apontou a governante. “Concretamente, temos já 376 projetos aprovados, são investimentos de 143 milhões de euros, com apoios de 112 milhões de euros”, avançou a ministra da Coesão Territorial, que tutela os Programas Operacionais Regionais.



Guia Fiscal do Interior

Está disponível um Guia Fiscal que sistematiza todos os benefícios fiscais que já estão em vigor para os territórios do Interior. O Guia Fiscal do Interior, elaborado pela Secretaria de Estado da Valorização do Interior e pela Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, com o apoio da Autoridade Tributária e Aduaneira, está dividido em três capítulos, e tem informação sobre os benefícios fiscais para as famílias, benefícios fiscais transversais (de apoio às empresas e ao investimento) e benefícios fiscais à silvicultura.

Aqui pode ser encontrada informação sobre o incentivo dado a estudantes inscritos em Instituições de Ensino do Interior (através da contabilização das rendas como despesas de educação e da majoração dos gastos em educação); benefícios às famílias que transfiram residência permanente para o Interior (através de um aumento do limite das deduções em IRS durante 3 anos) e incentivo às PME do Interior através de uma taxa reduzida de IRC (12.5% para os primeiros 25.000 euros de matéria coletável).

Espectáculo variada índole que vai colorido aos se de qu

1 JULHO
DAVID CRUZ E CLÁUDIA SANTOS
"BOLDIE & CLOIDE - OS LOUCOS ANOS 20"
MÚSICA-TEATRO

8 JULHO
FLÁVIA CASTRO
"VÁRIOS DIAS NUMA NOITE"
ACORDEÃO

15 JULHO
ZÉ MÁGICO
"O QUÊ!!!"
MAGIA

22 JULHO
LUÍS OLIVEIRA
"POP, BLUES & FOLK"
GUITARRA

29 JULHO
JÚLIO REIS
"GUITARRA CLÁSSICA"
MÚSICA ERUDITA

21H30 | JARDIM 5 DE OUTUBRO
Lugares Marcados e Limitados às cadeiras existentes.
Uso Obrigatório de Máscara!

PINHEL

Município promove animação ao ar livre nas quartas-feiras de julho

O município de Pinhel elaborou um programa de animação da cidade, que contempla a realização de cinco espetáculos ao ar livre, em todas as quartas-feiras do mês de julho. Os espetáculos a realizar no âmbito da iniciativa “Quartas-Feiras no Coreto” vão decorrer no coreto existente no Jardim 5 de Outubro, sempre pelas 21h30. “Com a chegada do verão e a ideia de privilegiar as atividades ao ar livre, o município de Pinhel regressa ao Jardim 5 de Outubro para uma programação cultural que pretende ser eclética e mostrar ao público que é possível regressar aos sítios onde fomos felizes e desfrutar de belíssimos momentos lúdicos”, refere a autarquia em comunicado enviado à agência Lusa.

Segundo a nota, durante o mês de julho, os serões das quartas-feiras levarão a Pinhel “um diversificado conjunto de espetáculos que in-

cluem diversos géneros musicais, mas também teatro e magia”. A programação inclui espetáculos de David Cruz e Cláudia Santos (“Boldie & Cloide – Os loucos anos 20”, música e teatro, dia 01 julho), Flávia Castro (“Vários dias numa noite”, acordeão, dia 08), Zé Mágico (“O Quê?!”, magia, dia 15), Luís Oliveira (“Pop, Blues & Folk”, guitarra, 22) e Júlio Reis (música erudita, guitarra clássica, 29).

Para cumprir com as normas aconselhadas pelas autoridades de saúde, o município de Pinhel anuncia que haverá lugares marcados e limitados, com a recomendação de uso obrigatório de máscara. “Ainda que com estas condicionantes, inerentes à situação de pandemia que vivemos, o município de Pinhel espera que o público possa desfrutar destes serões de quarta-feira, num local onde é sempre bom voltar”, remata.

RAIA

Portugal quer fazer da raia espaço onde não se note fronteira com Espanha

A Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço com Espanha foi aprovada em Conselho de Ministros, em Bragança, e os dois países aproveitaram o período de confinamento para várias reuniões bilaterais. O Governo português tem praticamente pronta a proposta de estratégia de desenvolvimento transfronteiriço que quer fazer da raia um espaço onde não se note que há fronteira, informou no dia 25 de Junho a secretária de Estado da Valoração do Interior.

Isabel Ferreira reuniu-se em Bragança, onde está sediada a Secretaria de Estado, com os presidentes das câmaras municipais da fronteira entre Portugal e Espanha para lhes dar conta da proposta e ouvir as respetivas opiniões sobre o documento. Os autarcas saíram da reunião satisfeitos com a estratégia que está a ser articulada com Espanha e deverá ser aprovada na próxima cimeira ibérica apontada para “outubro ou novembro”, segundo a secretária de Estado.

Da parte de Portugal, segundo a secretária de Estado, a estratégia “está

praticamente finalizada e Isabel Ferreira, que está com esta pasta no Governo, quis ouvir mais uma vez as comunidades de trabalho transfronteiriças. No final da reunião, a governante disse que ainda não pode adiantar aos jornalistas o que está na estratégia e que será anunciado na cimeira ibérica, apontando, contudo que o objetivo é fazer com que estes territórios se transformem num espaço onde não se note que há fronteira.

Um cartão de eurocidade, ambicionado pelos autarcas locais, está a ser pensado para o efeito, assim como o acesso a saúde, educação, cultura sem constrangimentos de um lado e do outro. A estratégia, de acordo com a secretária de Estado, “organiza-se em cinco eixos principais que têm a ver com questões desde a mobilidade, criar ambientes favoráveis ao investimento, grande relevância para os trabalhadores transfronteiriços e os seus direitos, rodovia e ferrovia, questões ligadas a parques tecnológicos, cultura, saúde”.

A estratégia, disse ainda, “tem medidas que já estão no terreno e precisam de ser consolidadas e tem outras em que ainda há

«Estratégia passa pela mobilidade, criar ambientes favoráveis ao investimento, grande relevância para os trabalhadores transfronteiriços e os seus direitos, rodovia e ferrovia, questões ligadas a parques tecnológicos, cultura e saúde»



muito caminho a fazer”. O presidente da Câmara de Vila Nova de Cerveira, e da Eurocidade Cerveira-Tomino, Fernando Nogueira, elogiou a secretária de Estado por “em pouco tempo que está no cargo já ter conseguido sintetizar e apresentar este plano com mui-

to desenvolvimento”.

“A grande maioria das reivindicações, daquilo que nós vimos aspirando nos territórios de fronteira, está vertida neste documento. Agora é importante que passemos do plano à prática”, afirmou. O autarca reiterou que a “desfronteiriza-

ção é a harmonização de tudo quanto é relacionamento, uma verdadeira cidadania europeia sem diferenças de tratamento quer formais, quer informais, legais nos dois territórios”.

Também em Vilar Formoso, numa cerimónia que decorreu no dia 1 de Julho,

no CEDET, foi apresentado o Projecto de Constituição da Eurocidade Vilar Formoso – Fuentes de Oñoro – Almeida – Ciudad Rodrigo, que visa o reforço da cooperação entre os dois países, numa perspectiva de desenvolvimento transfronteiriço.

Condicionamento de trânsito na A25 entre Vilar Formoso e a fronteira devido a obras

A Infraestruturas de Portugal (IP) implementou novos condicionamentos à circulação automóvel na zona de Vilar Formoso, no âmbito da empreitada de construção do troço final da autoestrada A25 de ligação com a fronteira. A IP refere em comunicado enviado à agência Lusa que este condicionamento de trânsito manter-se-á até ao final de 2020. A empresa solicita “a melhor compreensão pelos incómodos e inconvenientes que esta situação provoca”, na certeza de estar “a contribuir para a melhoria das condições de seguran-



ça da infraestrutura e fundamentalmente dos seus utilizadores”.

A empreitada para construção do troço final da A25 entre Vilar Formo-

so e a fronteira com Espanha (Fuentes de Oñoro) envolve um investimento de

13,2 milhões de euros. A obra permite “a concretização de uma ligação transfronteiriça à A62 – Autovia de Castilla, com melhores condições de comodidade e segurança rodoviária”, adianta a IP.

O investimento compreende, entre outros trabalhos, a execução de um troço com 3,5 quilómetros de extensão em perfil de autoestrada, a reformulação do atual nó de Vilar Formoso, a construção de um viaduto com 330 metros de extensão (sobre a ribeira de Tourões), a realização de dois ramos de

acesso ao nó de Fuentes de Oñoro e a criação de duas rotundas e de sete restabelecimentos que assegurarão a ligação com a rede viária local.

Ainda de acordo com a IP, “a concretização deste investimento irá permitir a conclusão da A25 (que liga Aveiro a Vilar Formoso), ligando o Porto de Aveiro a Espanha através de autoestrada, e assegurar ao tráfego de longo curso, sobretudo de veículos pesados, uma via mais eficiente, com melhores condições de comodidade e de segurança na ligação com a Europa”.

IMPrensa

Portugal é dos países onde mais se confia em notícias

«Cerca de metade dos portugueses (47,9%) manifestam interesse em conteúdos informativos dos jornais locais e regionais, em formato impresso ou digital, e 65,3% dizem interessar-se por notícias em geral»

Portugal, a par da Finlândia, é dos países onde mais se confia em notícias, entre 40 países, revelou o Digital News Report 2020, numa altura em que a confiança média em notícias caiu de 2019 para 2020. Este ano, o Digital News Report Portugal (DNR PT 2020) é lançado no mesmo dia que o Digital News Report Global (DNR), com as grandes tendências gerais para Portugal a igualarem as globais em vários pontos, refere o OberCom/Reuters Institute for the Study of Journalism.

Em 40 países Portugal ocupa o primeiro lugar, a par da Finlândia, com 56% dos portugueses a afirmarem que confiam em notícias. “A confiança média em notícias caiu, entre 2019 e 2020, cinco pontos percentuais, dos 42% para os 37%, sendo que no caso do nosso país se registou também uma quebra, ainda que francamente menor, na ordem dos 1,4 pontos percentuais”, adiantam. Ou seja, “a confiança geral nos media continua a cair nos 40 mercados, menos de quatro em cada dez (38%) disseram que confiam ‘na maioria das notícias na maioria das vezes’ – uma queda de quatro pontos percentuais em relação a 2019. Um pouco menos que metade (46%) disse que confia nas notícias que usa, enquanto a confiança nas pesquisas (32%) e nas redes sociais (22%) é ainda menor”, aponta o estudo.

“Os portugueses são unânimes no reconhecimento da cen-



tralidade do jornalismo na sociedade, com sete em cada 10 portugueses a considerarem que este desempenha um papel importante no bom funcionamento das estruturas sociais contemporâneas”. Os inquiridos “que se posicionam politicamente à esquerda e ao centro tendem a atribuir aos jornalistas um papel de maior responsabilidade na filtragem dos factos e sua veracidade”, enquanto que os que se situam no quadrante direito do espectro político “tendem a achar que não cabe aos media o papel de fazer

este tipo de triagem”.

A televisão continua a ser a principal fonte de notícias para pouco mais de metade (55,8%) dos portugueses, sendo que o aumento do peso da Internet e das redes sociais é feito, “sobretudo, através da perda de importância da rádio e da imprensa”. Por marcas, no quadro em que todas se posicionam na confiança acima dos 60%, “apenas o Correio da Manhã se situa abaixo desta linha, com 50,3% dos portugueses a dizer confiar na marca do grupo Cofina”.

Pela primeira vez, “em 2020, o Reuters DNR abordou de forma aprofundada a questão dos media locais e regionais”, concluindo que “cerca de metade dos portugueses (47,9%) dizem-se interessados por conteúdos informativos deste tipo, face a 65,3% que dizem interessar-se por notícias em geral”. Os jornais locais, em formato impresso ou digital, “foram utilizados por 43,3% dos portugueses na semana anterior ao inquérito, seguidos pelas páginas de grupos locais nas redes sociais ou em fóruns/

grupos de discussão — 33,5% dos portugueses”, acrescenta.

O ‘smartphone’ “tornou-se, definitivamente, o dispositivo mais utilizado pelos portugueses, em termos de uso geral e para consumo de notícias, quando comparado com computador e ‘tablet’”, com 70,4% a utilizar este dispositivo. No que respeita ao ambiente, “os portugueses são unânimes na consideração de que as alterações climáticas são um assunto sério, com 85% a considerar os graus de seriedade mais elevados na escala disponibilizada pela YouGov”. Com valores “semelhantes aos das Filipinas, Portugal é ultrapassado em termos de preocupação com alterações climáticas apenas pelo Chile, Quênia, África do Sul e Turquia.

Num quadro comparativo em que a média de inquiridos muito preocupados com as alterações climáticas se situa nos 70%, surge no extremo oposto um conjunto de países situados no Norte e Centro-Norte da Europa: Holanda (41%), Noruega (42%), Suécia (50%) e Dinamarca (53%). A fonte privilegiada pelos portugueses para obter informação sobre alterações climáticas é a televisão. A pesquisa foi levada a cabo em 40 países, o tamanho total da amostra foi de mais de 80 mil adultos, cerca de 2.000 por país, tendo o trabalho de campo sido realizado entre janeiro e fevereiro deste ano.

Lusa

Unidade de farinha biológica criada em Idanha-a-Nova

Uma unidade de produção de farinha 100% biológica está a ser instalada na zona industrial de Idanha-a-Nova. O projecto é apoiado pelo município e tem o nome “Farinhas Grão-a-Grão”, sendo promovido pela empresa “Promessa Rústica”. Segundo a autarquia, a unidade de produção de farinha deverá começar a funcionar no verão e destina-se, primariamente, à “alimentação humana”.

“Este é um projeto que se enquadra perfeitamente naquilo que queremos para o concelho de Idanha-a-Nova: é sustentável, é biológico e apos-

ta em matéria-prima local e nacional”, afirmou o presidente da Câmara de Idanha-a-Nova, Armino Jacinto. A informação disponibilizada na página oficial daquela autarquia, também refere que as farinhas são fabricadas à base de centeio produzido no Ladoeiro, concelho de Idanha-a-Nova, de milho produzido em Penamacor e trigo de Santarém.

“A empresa procura ainda produtores nacionais de trigo-espelta e de trigo-sarraceno”. A opção de instalar a unidade em Idanha-a-Nova é explicada

pelo gerente da “Promessa Rústica”, Paulo Campos, que frisa as “oportunidades de produção neste concelho, com produtores disponíveis para produzir cereais de qualidade e aderirem a este projeto”.

O empresário adianta também que “a produção de farinha destina-se, em primeiro lugar, à alimentação humana, mas a matéria-prima secundária será canalizada para alimentação animal e para produção de cogumelos, designadamente o ‘pleurotus eryngii’, no concelho de Sintra”.

GUARDA

Assembleia Municipal defende instalação do Tribunal Administrativo e Fiscal na cidade

A Assembleia Municipal (AM) da Guarda aprovou no dia 30 de Junho, por unanimidade, uma moção que propõe ao Governo a criação de um Tribunal Administrativo e Fiscal na cidade. A moção, apresentada pelo deputado Miguel Bandarra (PSD), defende que o Tribunal Administrativo e Fiscal a instalar na cidade «tenha como área de jurisdição toda a área do distrito da Guarda ou, em alternativa, a área da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela». No documento aprovado pela AM, presidida por Cidália Valbom (PSD), é também solicitado ao presidente da Câmara, o social-democrata Carlos Chaves Monteiro, que peça uma audiência à ministra da Justiça a respeito do tema, «pugnando pela posição expressa» por aquele órgão autárquico.

Segundo o texto da moção, encontra-se a decorrer o período de discussão pública relativo à proposta de Decreto-Lei do Governo que visa transitar 12 concelhos do distrito da Guarda (todos com exceção de Manteigas e Sabugal) da área de jurisdição do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco para a área de jurisdição do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu. «Através desta alteração, os litígios administrativos e fiscais que digam respeito à área de competência do concelho da Guarda passarão a ser tramitados em Viseu, o que acontecerá, segundo a proposta do Governo, a partir de 01 de setembro deste ano», acrescenta.

A moção lembra que, atendendo às distâncias, «custos de deslocação e inexistência de transportes públicos tanto a opção por

Castelo Branco como a opção por Viseu se revelam insuficientes e geradoras de profundas desigualdades e dificuldades no acesso ao direito e à tutela da Justiça Administrativa pelos habitantes da área do distrito da Guarda e até da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela». «Também por questões de eficácia e celeridade da justiça administrativa e fiscal (...), urge alterar a cobertura nacional dos Tribunais Administrativos e Fiscais pela criação de novos Tribunais que permitam um acesso mais facilitado e contribuam para a dignificação deste ramo da justiça», é defendido.

Henrique Monteiro, deputado do CDS, sugeriu que à moção sejam anexadas outras posições idênticas que foram tomadas anteriormente pela AM «a favor desta ideia». O mes-

«Custos de deslocação e inexistência de transportes públicos, tanto a opção por Castelo Branco como a opção por Viseu são geradoras de profundas desigualdades e dificuldades no acesso ao direito e à tutela da Justiça Administrativa no distrito da Guarda»



mo órgão autárquico também aprovou, por maioria, uma moção apresentada pelo deputado da CDU, Aires Dinis, para «salvar» as micro, pequenas e médias empresas afectadas pela

pandemia causada pela Covid-19. Segundo Aires Dinis, as empresas enfrentam uma situação «aflictiva» e, nos últimos meses, «muitos empresários, face à suspensão das suas actividades,

encerramento ou delimitação dos espaços onde as desempenham, enfrentam uma significativa redução da procura e de clientes, também estes afectados pela recessão».

ENERGIA SOLAR

Quercus quer fundo de 500 milhões de euros para instalar painéis solares

«A Quercus considera que esta medida ajudará a acelerar a descarbonização da economia e ao mesmo tempo permitirá às famílias poupar na fatura da eletricidade»



A Quercus propõe ao governo português um pacote financeiro de 500 milhões de euros para o próximo triénio, de modo a que cerca de 66 mil famílias possam receber um apoio direto para a compra e instalação de equipamentos solares fotovoltaicos nas suas habitações. Este pacote poderá ser incluído no Plano de Recuperação Económica que o governo está a preparar com a coordenação de António Costa Silva. Desta forma, será possível ajudar a combater a pobreza energética, num país onde o preço de energia é dos mais altos da Europa (o segundo mais elevado, se considerarmos o poder de compra).

Esta realidade dura há quinze anos e, ao longo do tempo,

várias soluções foram prometidas, mas nunca foram bem executadas. Atualmente, o consumidor não paga apenas a energia que consome, uma vez que pouco mais de um terço da fatura de eletricidade corresponde ao custo da produção da energia, mais de 40% do valor total da fatura corresponde a outros custos do sistema e mais de 20% corresponde a impostos, incluindo o IVA. Este paradigma tem de mudar e Portugal deve aproveitar o ambiente europeu favorável a esta mudança: disponibilidade de fundos para incentivos ao investimento em renováveis, baixas taxas de juro e forte pressão para o combate às alterações climáticas.

Propõe-se, assim, uma ajuda de 80% a fundo perdido para investimentos médios de cerca de 7500 € (com IVA), destinado a edifícios residenciais e a edifícios de micro- e pequenas empresas, com uma potência média de 5 kW por instalação. A Quercus considera que esta medida ajudará a acelerar a descarbonização da economia, e ao mesmo tempo permitirá às famílias poupar na fatura da eletricidade, com impactos diretos e duradouros na sua economia, assim como na das pequenas e microempresas. Para além disto, do ponto de vista ambiental, este seria mais um passo na direção correta, uma vez que os comportamentos dos cidadãos e das empresas são fundamentais para que se atinjam as metas es-

tabelecidas no Acordo de Paris, ao nível da limitação da emissão de gases com efeito de estufa (GEE).

Esta medida de apoio permitiria ainda o fomento de todo um cluster que engloba os fabricantes de equipamentos, os distribuidores e retalhistas, assim como as empresas que fazem a instalação dos equipamentos nos edifícios e, como tal, teria também um efeito multiplicador significativo do investimento inicial. Será igualmente importante não esquecer que estes instaladores foram altamente prejudicados durante o período de confinamento devido à pandemia de COVID-19, por verem a sua atividade completamente reduzida, senão mesmo estagnada.

A Quercus recorda que o modelo de produção de energia para autoconsumo, através de painéis fotovoltaicos, necessita de uma revisão legislativa urgente, de modo a ser mais favorável às famílias, para assim poder contribuir de forma mais significativa para a redução da fatura energética dos consumidores e, ao mesmo tempo, para a redução de GEE e a independência energética do país. Considera igualmente que a medida que agora propõe poderá ser alargada no futuro a toda a população, o que ditará também uma maior justiça energética em Portugal.

Prémio Geoconservação 2020 atribuído aos municípios do Estrela Geopark

«O Prémio pretende distinguir os melhores exemplos de conservação do Património Geológico promovidos por autarquias e sensibilizar o público em geral para o reconhecimento do valor do Património Natural»

Os nove municípios que integram o Estrela Geopark foram distinguidos com o Prémio Geoconservação 2020, pela qualidade, pela diversidade e pelo “potencial impacte socioeconómico do trabalho desenvolvido no território”, foi anunciado. A Associação Geopark Estrela, com sede na Guarda, refere em comunicado enviado à agência Lusa que o galardão foi atribuído pelo grupo português da ProGEO (Associação Europeia para a Conservação do Património Geológico) aos municípios que integram o Estrela Geopark: Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Oliveira do Hospital e Seia.

A associação acrescenta



que o prémio “é o reconhecimento de todo o trabalho desenvolvido desde 2015, altura em que se iniciou a candidatura da Estrela a Geopark Mundial da UNES-

CO, de inventariação, classificação e monitorização dos 124 locais de interesse geológico” que constituem aquele Geopark. “Constitui, igualmente, uma importante

distinção para a estratégia de geoconservação, reforçando, mais uma vez, a importância do património geológico na promoção e desenvolvimento deste território,

que tem sido implementada pela Associação Geopark Estrela, entidade promotora da candidatura à UNESCO e responsável pela gestão e implementação do Estrela Geopark”, refere a nota.

O Prémio Geoconservação, atribuído desde 2004, tem como objetivos, entre outros, distinguir os melhores exemplos de conservação do Património Geológico promovidos por autarquias e estimular uma reflexão crítica sobre a necessidade de conservar o Património Geológico e incentivar as autarquias a adotar estratégias e procedimentos. O galardão visa também divulgar e sensibilizar o público em geral para o reconhecimento do valor do Património Geológico

como parte integrante do Património Natural e motivar os órgãos de comunicação social para o debate sobre o papel da Geologia na sociedade contemporânea.

A candidatura da [Serra da] Estrela a Geopark Mundial da UNESCO foi entregue em novembro de 2017 e aprovada pelo Conselho Mundial de Geoparks em setembro de 2019. A mesma encontra-se “na fase de ratificação pela UNESCO, o que acontecerá no próximo Conselho Executivo desta organização, que decorrerá em Paris, entre 29 de junho e 10 de julho deste ano, altura a partir da qual a [Serra da] Estrela passa a ser oficialmente um Geopark Mundial da UNESCO”, segundo a Associação Geopark Estrela.

Termas de Almeida reabrem no dia 11 de Julho

As Termas da Fonte Santa vão reabrir no próximo dia 11 de Julho, garantiu à Rádio Fronteira o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Almeida, José Alberto Morgado. O Município de Almeida está a preparar o balneário termal para garantir aos aquistas todas as condições de segurança, higiene e de distância, obedecendo aos protocolos de higiene, limpeza e controlos bacteriológicos muito apertados da Direção-Geral de Saúde (DGS).

O anúncio da possibilidade de reabertura das Termas a nível nacional foi feito pela DGS, através de uma orientação específica para estabelecimentos termais. Esta prevê várias medidas de segurança adicional para os tratamentos termais, a vigorarem durante a fase de pandemia. O Presidente da Associação das Termas de Portugal, Victor Leal, congratulou-se com o anúncio da reabertura da atividade termal em todo o país, que é

possível desde Segunda-feira dia 15 de Junho. Para já dos 46 estabelecimentos termais disponíveis para funcionar, só dois, São Pedro do Sul e Chaves reabriram no dia 15 de Junho. As restantes Termas estão a cumprir o seu plano de análise bacteriológico, solicitado pela DGS, para que possam reabrir durante as próximas semanas, sublinhou Victor Leal.

Apesar da crise provocada pela pandemia, as Termas têm condições para encarar o futuro com otimismo, acrescentou o responsável: “Antes da pandemia, o ano de 2020 estava a ser muito positivo para a atividade termal, com crescimento na ordem dos dois dígitos e muitos agendamentos de termalistas. Nas próximas semanas acreditamos que a retoma seja real, apesar de sabermos que as pessoas precisam de tempo para ganhar confiança”.

O Coordenador do Consórcio Termas Centro, Adri-



ano Barreto Ramos, que reúne 20 estâncias termais da região Centro, entre as quais as Termas de Almeida Fonte Santa, partilha da mesma opinião: “Desde a primeira hora da epidemia que as estâncias termais se prepararam para estar à altura das exigências de segurança impostas por esta situação nova e é com grande satisfação que vão voltar a receber os seus aquistas a partir desta segunda-feira. As estâncias termais sempre man-

tiveram o máximo cuidado relativamente às condições de higiene e de segurança das suas instalações. É uma preocupação inerente à atividade termal, que não começou agora”.

Entre as medidas de segurança adicional estipuladas para esta fase, constam a admissão apenas de termalistas de baixo risco e sem sintomas de infeção pelo novo coronavírus e a criação de zonas de isolamento. Terá de ser feita uma tria-

gem prévia não presencial antes das consultas ou tratamentos. Garantir uma ventilação adequada de todos os espaços, reforçar a limpeza e desinfeção das instalações, assegurar um distanciamento de dois metros entre os aquistas e organizar horários e circuitos de forma a evitar o cruzamento entre pessoas são outras das determinações da DGS.

As termas disponibilizarão uma solução de base alcoólica e máscaras cirúr-

gicas aos utentes, assim como os lençóis, toalhas e roupões utilizados nos tratamentos e cobre-sapatos ou chinélos de uso único e exclusivo. As máscaras devem ser usadas dentro de todo o espaço termal, podendo ser removidas no gabinete de consulta e no decorrer dos tratamentos termais. A verificação de algum dos sintomas sugestivos de covid-19 implica a suspensão do tratamento.

S. PEDRO DE RIO SECO

Festa da Senhora do Bom Sucesso



O surto de pandemia que tem percorrido o país não permite a realização da Festa de Nossa Senhora do Bom Sucesso, no próximo mês de Agosto. Contudo, a Mordomia desta Festividade, mantém a sua intenção de dar continuidade ao trabalho já realizado, manifestando a sua total disponibilidade para levar a efeito a próxima edição deste Evento, em 2021.

Cinco praias fluviais do distrito da Guarda com “Qualidade de Ouro”



A associação ambientalista Quercus classificou cinco praias fluviais do distrito da Guarda com ‘Qualidade de Ouro’: Valhelhas, Relva da Reboleira, Vale do Rossim, Loriga e Lapa dos Dinheiros. O Galardão Qualidade de Ouro 2020 é, no presente ano, atribuído a 386 praias nacionais. A região do Algarve apresenta a maior queda, enquanto a região Tejo e Oeste regista a maior subida de zonas balneares galardoadas.

A informação utilizada nesta avaliação é a informação pública oficial disponibilizada pela Agência Portuguesa do Ambiente, tendo apenas em consideração as análises efetuadas nos laboratórios das diferentes Administrações Regionais Hidrográficas. Para a época balnear de 2020, a Quercus identifica 386 praias com Qualidade de Ouro em Portugal, mais 11 do que em 2019.

Das praias galardoadas, 322 são praias costeiras, 54 são praias interiores e 6 são de transição. Sobressai no presente

ano o aumento de atribuições do galardão “Qualidade de Ouro” a praias interiores, num total de 14 distinções, o que representa um aumento de cerca de 26%. Analisando por regiões, e de acordo com a tabela anexa ao gráfico, verifica-se que a Região Tejo e Oeste voltou a ser a que contabilizou mais praias com “Qualidade de Ouro” (106), seguida do Região do Algarve (76) e da Região Norte (66).

Em comparação com o ano de 2019, na Região Tejo e Oeste verificou-se uma subida de 12 atribuições deste galardão. Já as Regiões do Algarve e do Norte tiveram uma diminuição de 11 e 8 Bandeiras Qualidade de Ouro, respetivamente. As Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores verificaram uma subida de 3 e 5 praias galardoadas, respetivamente. Nas Regiões Centro e do Alentejo verificou-se igualmente uma subida de 5 e 1 Galardões, respetivamente.

Todos os Municípios nacionais com praias galardoadas poderão solicitar a arte final da Bandeira “Praia com Qualidade de Ouro 2020” através dos contactos gerais da Quercus A cerimónia oficial de hasteamento da Bandeira “Praia Qualidade de Ouro 2020” realizar-se-á na Praia Fluvial da Ponte Soeira, concelho de Vinhais, em data a definir oportunamente.

VILA NOVA DE FOZ CÔA

Retomadas escavações no sítio do Fariseu no Parque Arqueológico do Vale do Côa

Arqueólogos retomaram as escavações no sítio do Fariseu, em Foz Côa, onde foi encontrada a maior figura rupestre representativa de um auroque. “Tivemos de parar as sondagens no dia 17 de março, devido à pandemia. Vamos continuar com os trabalhos que passam por tapar uma parte da rocha para a recolha de sedimentos e continuar com a reconstituição do auroque [boi selvagem]”, explicou à agência Lusa o arqueólogo Thierry Aubry, da Fundação Côa Parque.

Este local fica a cerca de mais de 50 metros do curso do rio Côa, fará parte de um percurso que pode ser visitado a pé ou de canoa e contemplar uma gravura datada de há mais de 23.000 anos. “Agora vamos limpar e consolidar todos os cortes já feitos, para que não haja ‘desmontamentos’ no tempo de inverno”, indicou o arqueólogo.

O início de visitas ao local está para breve, contudo os trabalhos de prospeção arqueológica serão mais demorados, “porque é preciso estudar e analisar cada pedaço da rocha, para assim reconstituir a sua parte superior, que foi fragmentada com o passar do tempo”. Para Thierry Aubry, o futuro passa por descobrir mais material arqueológico e fazer o seu diagnóstico, para “saber exatamente” o que a

ocupação humana de milhares de anos foi deixando nestas camadas de terra junto ao rio Côa.

Os arqueólogos e outros técnicos da Fundação Côa Parque, que têm a seu cargo a gestão do Parque Arqueológico e do Museu do Côa, vão agora trabalhar em conjunto para tornar este local pré-histórico visitável, criando condições de acesso e esboçar circuitos programados, dada a importância cultural e histórica das figuras descobertas na rocha da Quinta do Fariseu.

Este local arqueológico, dada a dimensão da gravura rupestre colocada a descoberto no início de março, poderá tornar-se num grande atrativo para o Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC), tudo por causa do auroque que está gravado através da técnica ancestral de picotagem, numa área de rocha que tem outras figuras associadas. Os arqueólogos envolvidos nestas escavações, perceberam que o painel tinha mais de seis metros de comprimento, quando escavavam os sedimentos.

“Verificou-se que o traço que se observava à superfície fazia parte da garupa de um grande auroque, com mais de 3,5 metros de comprimento. Trata-se da maior figura da arte do Vale do Côa e do mundo, apenas comparável com os auroques da gruta de Lascaux”,

em França, indicou Thierry Aubry, também responsável técnico-científico do Museu do Côa (MC) e do PAVC.

A chamada ‘rocha 09’ do Fariseu representa um dos principais núcleos de arte rupestre do Vale do Côa, classificados como Monumento Nacional, e inscritos na Lista do Património Mundial da organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, na sigla original em inglês). No interior desta rocha, os arqueólogos

identificaram outros animais gravados por picotagem e abrasão: uma fêmea de veado, uma cabra e uma fêmea de auroque, seguida pelo seu vitelo. A escavação surgiu no contexto do estudo do contexto arqueológico da arte paleolítica do Vale do Côa, que se vem desenvolvendo há 25 anos. O PAVC detém mais de mil rochas com manifestações rupestres, identificadas em mais de 80 sítios distintos, sendo predominantes as gravuras paleolíticas, executadas há cerca de 30.000 anos, cada vez mais expostas a adversidades climáticas e geológicas.

O PAVC foi criado em agosto de 1996. A arte do Côa foi classificada como Monumento Nacional em 1997 e, em 1998, como Património da Humanidade, pela UNESCO.

«Este local fica a cerca de 50 metros do curso do rio Côa e fará parte de um percurso que pode ser visitado a pé ou de canoa e contemplar uma gravura datada de há mais de 23.000 anos»



GNR reforça patrulhamento e fiscalização nas estradas durante o verão



A GNR vai intensificar até ao dia 6 de setembro, o patrulhamento e a fiscalização nas estradas portuguesas para garantir a segurança durante as deslocações feitas no período do verão. Em comunicado, a Guarda Nacional Republicana sublinha que durante o verão há um aumento “substancial do tráfego”, mas este ano, devido à pandemia de covid-19, está previsto “um maior fluxo de deslocações”.

Durante a operação “Viajar em segurança”, a GNR vai privilegiar “uma atuação preventiva” nos principais eixos rodoviários, como autoestradas, itinerários principais, itinerá-

rios complementares e estradas nacionais, através de um “esforço para as vias mais críticas” com o objetivo de “combater a sinistralidade rodoviária, garantir a fluidez do tráfego e apoiar todos os utentes das vias, proporcionando-lhes uma deslocação em segurança”.

A GNR avança que, entre 01 de janeiro e 31 de maio, fiscalizou 556.667 condutores e detetou mais de 177 mil infrações, 60.464 das quais por excesso de velocidade, 9.755 por falta de inspeção periódica obrigatória, 6.770 por uso do telemóvel durante a condução e 6.315 por falta ou incorreta utilização do cinto de segurança e sistema de

retenção para crianças. Esta força de segurança registou igualmente, nos primeiros cinco meses do ano, 7.271 infrações por condução sob o efeito do álcool, 3.112 das quais levaram à detenção do condutor por apresentar uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 1,2 g/l, o que é crime.

A GNR deteve ainda 1.967 condutores por falta de habilitação legal para conduzir. Para a operação “Viajar em segurança” vão ser empenhados os militares dos Comandos Territoriais e da Unidade Nacional de Trânsito (UNT), numa ação coordenada de patrulhamento e fiscalização rodoviária, em que a fiscalização irá incidir sobre os comportamentos de risco e que colocam em causa a segurança rodoviária.

Os militares da GNR vão estar atentos às manobras perigosas de ultrapassagem, condução sob o efeito do álcool e substâncias psicotrópicas, condução sem habilitação legal, excesso de velocidade, uso do cinto de segurança e do telemóvel durante a condução.



Centro Social do Rio Seco Donativos para o Alto da Raia:

Abel Azevedo Dourado.....	20.00€
José Henriques.....	20.00€
Manuel Pereira Oliveira.....	10.00€
João Lúcio Ribeiro Martins.....	15.00€
Maria Celeste Lopes Fernandes Ferreira.....	10.00€
António Neves Rodrigues.....	50.00€
José Silvino Guerreiro da Piedade.....	10.00€
Leonildo José Rodrigues da Piedade.....	10.00€
José Silvino Rodrigues Guerreiro.....	10.00€
Maria Isabel Pereira Martinho Silva	20.00€

Outros Donativos:

José Silvino Guerreiro da Piedade.....	50.00€
Anónimo (S. Pedro de Rio Seco)	1 000.00€



SABUGAL

Município promove projecto “5 Vilas Medievais”

Com o objectivo de divulgar o património cultural e arquitetónico do concelho, o Município do Sabugal vai promover o projeto “5 Vilas Medievais”. A iniciativa procura tornar mais atractivas e com sinalética mais apelativa as vilas medievais de Alfaiates, Sabugal, Sortelha, Vila do Touro e Vilar Maior.

Desde a Idade Média até ao século XIX, o território do actual concelho do Sabugal estava repartido por estas Cinco Vilas, cada uma encabeçando o seu concelho. Com maior ou menor grau de conservação, existem em cada uma vestígios da sua importância passada, quer em termos de arquitetura militar, religiosa ou civil, quer em símbolos do poder político-judicial local.

O projecto ficará concluído após beneficiação do acesso ao Castelo de Vila do Touro e colocação de estrutura exterior fixa para material arqueológico no Museu Vivo de Vilar Maior, trabalhos que em breve ficarão concluídos.

Monsanto ganha pela terceira vez o “Prémio Cinco Estrelas Regiões 2020”

A aldeia histórica de Monsanto acaba de vencer o Prémio Cinco Estrelas Regiões 2020, pelo terceiro ano consecutivo. Numa votação nacional que envolveu mais de 300 mil participantes, Monsanto foi novamente eleito Ícone de Referência Nacional na categoria de Aldeias e Vilas. Em 2018 e 2019, a denominada ‘Aldeia Mais Portuguesa de Portugal’ já havia conquistado o Prémio Cinco Estrelas, renovando o título nesta terceira edição do concurso.

De acordo com a organização, o Prémio Cinco Estrelas Regiões é um sistema de avaliação que identifica, segundo a população



portuguesa, o melhor que existe em cada uma das 20 regiões (18 distritos + 2 regiões autónomas) ao nível de recursos naturais, gastronomia, arte e cultura, património e outros ícones regionais de referência nacional; bem como premeia empresas portuguesas que se diferenciam a nível regional. Através de uma vota-

ção nacional, que contou com 313 450 participantes, os portugueses identificaram, para cada região, o que consideram Cinco Estrelas a vários níveis. Tendo em conta a atual conjuntura em Portugal e no Mundo, a organização adianta que este ano não se irá realizar a habitual Cerimónia de Entrega dos Prémios.

MEMÓRIAS

Casas com Gente dentro

«Uma das pessoas com quem falei foi com a Filomena Albano, que no meio das histórias da Alemanha e das lembranças dos seus tempos de S. Pedro, me voltou a falar da ‘CASA DO CONDE’»

Nos feriados do mês de Junho, passei uns dias em S. Pedro. Foram dias bastante frescos em que filhos e netos ocuparam bastante parte do seu tempo à lareira, colocando paus sempre que a lareira não irradiava o calor suficiente. Sabendo que o Covidis não andava à solta pela aldeia, pois, até ao momento, não havia notícia de qualquer pessoa infectada, preocupei-me, eu que ia da beira mar, de zona em que tinha havido alguns casos, em contactar o menor número de pessoas, para evitar que qualquer hipotética transmissão do vírus, que até ao momento não contagiou qualquer elemento da minha família, me fosse imputada.

Uma das pessoas com quem falei foi com a Filomena, que no meio das histórias da Alemanha e das lembranças dos seus tempos de S. Pedro, me voltou a falar da “CASA DO CONDE”, casa localizada no espaço existente entre a residência de Diolinda Arroio e a de Adriano dos Santos, Guarda Fiscal, casado com Adelaide Dias. Julgo que ninguém se lembra de em S. Pedro ter vivido qualquer “CONDE”. Ao chegar a Espinho, lembrei-me de que em 01.08.1895, na casa número 36 da Rua do Arrabalde, tinha falecido Cândida Sardinha Baptista, filha



António L. André

de Jerónimo do Amaral e de Carlota Sardinha Baptista, casada com “LUIS CONDESSA”, filho de Bernardo Gonçalves Condesa c. c. Ana Silva Monteiro.

Ora entre “casa do Condessa” e “casa do Conde”, segundo a lei do menor esforço, é mais fácil dizer “CASA DO CONDE”. E, já que falo da Rua do Arrabalde, chamo a atenção para esta fotografia que nos dá um aspecto desta Rua, ainda nas décadas de 1960/1970. A seta nº. 1 aponta para o quintal de António Joaquim Afonso, onde se encontra hoje a casa de António da Fonseca Ferreira. As casas indicadas pelas setas 2 e 3, a que se devem anexar a primeira casa do lado direito da actual rua (caminho) do Salgueiral e a casa de José Ramos Júnior casado com Maria Teresa Gil, formam o conjunto de casas onde viveu um dos filhos de Manuel Monteiro Ramos e Margarida Fernandes, e

seus descendentes:

Miguel Sairinho Ramos, nasceu 14.03.1814, casou em 14.01.1844 com Maria Umbelina da Cunha e faleceu em 02.03.1866, na Rua do enchido; 1.1 Manuel Ramos, 07.05.1850/18.05.26.09.1943 c. Josefa Lourenço, moradores na Rua do Salgueiral; 1.2 José Ramos, 12.06.1848/25.06.1930, c. 18.11.1878 c. Maria Adelaide Rocha, moradores na Rua do Salgueiral 1.3.1 Manuel Ramos c. c. Brígida Lourenço, nasceu em 1883, numa casa da Rua do Salgueiral, onde moravam José Ramos e Maria Adelaide Rocha; 1.3.2 José Ramos Júnior, nasceu 09.12.1885 numa casa da Rua do Enchido, onde moravam seus pais; 1.3.3 Leopoldina Rocha, n. 00.00.1894/01.01.1989, c. 03.02.1916 c. José Augusto Carriço; No espaço compreendido entre as casas de Manuel Ramos, Diolinda Arroio e a actual casa do falecido Eduardo Marques, outras casas havia, onde outras famílias viveram. Infelizmente, não é possível fotografar essas casas, uma vez que novas construções as fizeram desaparecer.

‘Recordo que algumas vezes fui fazer recados a casa do ti “CO-ENTRO”, de nome completo José de Almeida Coentro, das Cinco



Vilas, casado com Maria Monteiro Teixeira, de Malpartida. Tiveram dois filhos: 1. Josefa Teixeira que casou com José de Carvalho, pais de Methildes Silva 0000.09.1804/09.08.1860, casada com Manuel André Jacinto; 2. Antónia Teixeira c. c. João Silva, pais de Manuel Silva, c. c. Maria Queirós. (Dispensou-me, neste momento de enumerar os descendentes destes dois casais).

‘Joaquim Albano, 00.00.1909/15.02.1996, casado com Rosalina dos Santos Arroio, pais de Maria Filomena dos Santos Albano; ‘No espaço compreendido entre a casa de Maria Filomena dos Santos Arroio e de Ana Maria, viúva de Eduardo Marques, o Adriano Santos vive na parte que resta da casa dos avós, Adriano dos Santos, Guarda Fiscal c. c. Maria Adelaide Dias. Nessa casa viveu ainda a filha Maria Berta dos Santos, casada com José Ramos, filho de António Ramos e Beatriz Rocha. A cozinha dessa casa tinha características diferentes das outras cozinhas. Se assim o entendessem, os moradores

podiam dispensar os bancos ou cadeiras para confraternizarem à lareira ou tomaram as refeições. A chaminé incrustada na grossa parede e a larga pedra da lareira colocada a um nível inferior deixavam espaço suficiente até ao resto do compartimento revestido com tábuas, para que os familiares se sentassem nesse degrau. Ainda há em S. Pedro uma cozinha semelhante.

Observações:

1. Nem sempre é fácil saber onde deixa de ser rua do enchido e começa a rua do Salgueiral e onde estas duas passam a rua do Salgueiral. 2. Segundo informações de Rui Martins, no momento de derrube da casa de José Augusto Carriço, ficou surpreendido com o formato arredondado das paredes do lado Sul. Talvez acrescentos à casa inicial, à medida das necessidades de novos casais que iam aparecendo. 3. Alguém com apelido “Condeso” tem sido referido por vezes nas notícias da TV. 4. Talvez Maria Monteiro Teixeira fosse a senhora de idade que sempre conheci como Ti Malpartida.

Diocese da Guarda cria comissão para proteção de menores e vulneráveis

A comissão diocesana de proteção de menores e vulneráveis terá também “disponibilidade para fazer esclarecimentos que sejam solicitados pelas instituições sobre boas práticas na proteção de menores e vulneráveis”.

A Diocese da Guarda criou uma comissão diocesana de proteção de menores e vulneráveis, para contribuir “para a máxima garantia de segurança em todas as suas instituições e ambientes que acolhem menores e outras pessoas especialmente vulneráveis”. Segundo o decreto de nomeação do bispo Manuel Felício, publicado na página da internet da diocese, a comissão diocesana de proteção de menores e vulneráveis foi criada “tendo em conta as recomendações feitas no Encontro sobre a Proteção de Menores na



Igreja, realizado em Roma, de 21 a 24 de fevereiro de 2019, sob presidência do Papa Francisco”.

A comissão terá como responsabilidades “ouvir quem afirmar ter sido vítima de exploração, de

abusos ou outros maus tratos, sozinho ou acompanhado” e, “depois de ouvir o queixoso e feita uma primeira avaliação das queixas apresentadas, procurar encaminhá-lo quer para o acom-

panhamento humano e espiritual, quer para a competente autoridade judicial, quer civil quer canónica. Explicar ao ofendido quais são os seus direitos e o modo de os fazer valer, nomeadamente recomendando ao próprio e sua tutela educativa o recurso às competentes autoridades judiciais, quer civis quer canónicas”, é outras das funções.

A estrutura deve “procurar preservar, o mais possível, a imagem e privacidade do queixoso, como dos outros implicados, bem como a confidencialidade dos dados pessoais”, segundo o bispo. A comissão diocesana de proteção de menores e vulneráveis, que tem a sua sede nas instalações do Seminário da Guarda, terá também “disponibilidade para fazer esclarecimentos que sejam solicitados

pelas instituições sobre boas práticas na proteção de menores e vulneráveis”. Segundo a fonte, os contactos com a referida comissão podem ser feitos por carta ou por [correio eletrónico](#).

A comissão diocesana de proteção de menores e vulneráveis da Guarda iniciou a sua atividade “imediatamente após a publicação” do decreto do bispo Manuel Felício, datado do dia 08 de junho. De acordo com o documento, a comissão é constituída por um juiz desembargador jubilado (presidente), um antigo diretor da Polícia Judiciária, uma psicóloga clínica e da justiça, uma professora (com experiência no acompanhamento de crianças e jovens em risco) e por um sacerdote (licenciado em Direito Canónico).

NA TERRA DO MEU AVÔ...

Ler, escrever e contar (II)

«A professora também terminou, nesse ano, a sua longa carreira. A idade não lhe permitia continuar. Não se sabe que destino terá dado à vara de marmeleiro»



Armando Queirós

Mas se é verdade que manifestava um total distanciamento pessoal e insensibilidade em relação a todos os alunos, é também verdade que era de um rigor extremo e de uma exigência absoluta quanto à preparação do nível de aprendizagem que na época nos exigiam. À custa de muitas cópias e ditados fomo-nos habituando a não dar erros ortográficos, naquele conjunto de termos que constituía o nosso limitado vocabulário. Fazíamos redações, de entre meia dúzia de temas, em que o esforço que nos era exigido era o de despejar no papel o que previamente havíamos decorado sobre cada um dos temas.

Quando chegávamos à Quarta Classe, conseguíamos distinguir um substantivo de um adjetivo, conjugar os verbos, dividir orações, saber o nome de todos os rios e serras de Portugal, as estações dos comboios e reproduzir de memória todas as palavras do Livro de História, embora nem sempre soubéssemos o significado de muitas dessas palavras. Da Gramática, era mais ou menos fácil decorar os pronomes, as pre-

posições, conjunções e advérbios. No caso dos graus dos adjetivos, já era preciso pensar. Nos comparativos, não havia grandes dificuldades, já que se estava mesmo a ver que se tratava de comparar e, até aí, chegava o nosso entendimento. Mas aquela coisa dos superlativos, em que havia relativos, absolutos, simples e compostos, já era muita “areia” para as nossas pobres cabeças. Como é que havíamos de entender tudo aquilo, se a palavra superlativo não tinha para nós qualquer significado?

Dos verbos, também fizemos entrar nas nossas cabeças os modos, os tempos e as pessoas. A diferença entre Indicativo e Conjuntivo, não devia fazer parte do programa. Uma boa desculpa para, na altura, não a percebermos. Nos tempos, só nos fazia confusão o Passado. Presente, é agora. Futuro, é depois. Por que diabo, ao Passado se havia de chamar Pretérito? Ainda por cima, era qualificado pelo seu graude perfeição. Um, era Perfeito ao contrário de outro que era Imperfeito. Até aqui tudo bem, uma coisa pode ser

perfeita ou imperfeita. Mas para baralhar ainda mais, havia um que superava a perfeição e era chamado Mais-que-Perfeito. Como se fosse possível superar o que já é perfeito. Na História, aprendíamos por reinados que depois “cantávamos” de cor na ponta da língua. Alguns excediam-se de tal forma na aprendizagem que, quando a professora lhes perguntava um reinado, chegavam ao fim, não travavam e continuavam a falar dos feitos do rei sucessor sem dar por ela.

Na Matemática, havia ali umas coisas que davam volta à cabeça a muita boa gente. Aprendiam-se todas as operações com alguma facilidade, mas o diabo era quando se chegava aos “quebrados”. Punha-se um número em cima de outro e aí estava um “quebrado”. Depois, fazer contas com esses tais “quebrados” é que já era o cabo dos trabalhos. Mas o pior estava para vir. Iam-se fazendo os problemas do “1111” e quando se dava por ela, apareciam os célebres problemas das torneiras. Como é que se ia adivinhar quanto tempo demoraria a estar cheio um tanque com uma tor-

neira a encher e outra a esvaziar? E para que é que isso interessaria, quando estivesse cheio logo se via.

Claro que todas as dificuldades se foram ultrapassando, graças a algum “marranço” e à vara de marmeleiro. E depois de uma preparação intensiva, que no último mês era de sol a sol, chegou, enfim, o dia de nos apresentar perante um júri e demonstrar que tínhamos aprendido a ler, escrever e contar. Então, montados num burro, lá íamos até à sede do concelho, acompanhados pelas nossas mães, que pela manhã nos tinham vestido uma roupa domingueira a que não faltava uma gravata, provavelmente emprestada e que usávamos pela primeira vez na vida. No meio de um total nervosismo e acanhamento, perante um conjunto de professores que nunca tínhamos visto, lá conseguimos concluir o exame da Quarta Classe. Era só esperar pelas pautas para ver à frente de cada um dos nomes: “Aprovado” ou “Aprovado com Distinção”.

Restava-nos regressar à terra, nos burros que nos espera-

vam nos arrabaldes. Depois, era dar uma volta pela aldeia, dizendo a todas as pessoas que encontrávamos qual o resultado do nosso exame, ao mesmo tempo que lhes estendíamos, para se servirem, um pacote de papel pardo com rebugados de meio tostão que as mães nos tinham comprado para o efeito. Sabíamos finalmente ler, escrever e contar. Cumprimos o que nos estava destinado, em termos de aprendizagem. A nossa formação académica tinha terminado e, a partir daí, cada um de nós tinha de fazer-se à vida.

A professora também terminou, nesse ano, a sua longa carreira. A idade não lhe permitia continuar. Não se sabe que destino terá dado à vara de marmeleiro. Sabe-se que mandou construir uma casa grande para passar o resto dos seus dias, mas que não terá sido habitada durante muito tempo. A casa lá está, grande e vazia e, passados setenta anos, continua a ser “A casa da Dona Lia”. Os mais novos já não saberão quem foi a Dona Lia, mas, por certo, associam o seu nome àquele casarão desabitado.

PATRIMÓNIO

Idanha-a-Velha em projeto europeu para divulgar herança romana



A aldeia histórica de Idanha-a-Velha integra um projeto europeu inovador em parceria com Roma (Itália), Bordéus (França) e Pamplona (Espanha). O

projeto acaba de ser candidatado ao programa Europa Criativa por estas quatro localidades com património romano em comum, em particular com coleções epigráficas muito expressivas. O Arquivo Epigráfico de Idanha-a-Velha – uma das maiores coleções de epigrafia romana da Península Ibérica – entra nesta parceria com outros sítios arqueológicos e museus como Los Bañales e Santa Criz de Eslava, em Espanha; Museu da Romanidade de Nîmes e Museu de Bordéus, em França; e o Museu Nacional Romano, em Itália.

O projeto visa salva-

guardar e promover o valor da herança epigráfica romana, através do uso das novas tecnologias audiovisuais, da recriação e digitalização 3D e do desenvolvimento de um videojogo. O património romano será enfatizado como manifestação, por um lado, da primeira grande globalização cultural do mundo antigo através da disseminação do latim e, por outro lado, da adoção, também de carácter global e em clara relação centro-periferia, de uma série de apoios monumentais das elites locais que contribuíram para a criação de monumentos, de fóruns e santu-

ários, um palco e uma paisagem mais ou menos comum, mas dotada de elementos característicos e distintos localmente.

O convite para participação de Idanha-a-Velha nesta candidatura resulta do sucesso do projeto de investigação IGAEDIS, que nos últimos anos tem realizado neste território um importante trabalho de salvaguarda e divulgação do património cultural. Idanha-a-Velha, a antiga capital romana da *Civitas Igaeditanorum*, surge assim como exemplo da expansão deste povo por toda a Europa, sendo hoje um autêntico museu ao ar livre.

ENSINO

1859 - Ano da criação de uma cadeira do ensino primário em S. Pedro de Rio Seco

«No que respeita ao diminuto número de escolas públicas, no concelho de Almeida, na década de 1850, o Governo criou uma cadeira do ensino primário em Valle da Mula, em 1856; na Parada e em Villar Formoso, no ano de 1858, e em S. Pedro de Rio Seco, em 1859»



José M. F. Gonçalves

A partir do século XVIII, a influência e empenho dos estrangeiros na difusão das “luzes” trouxe consigo o aumento das exigências ao nível da cultura e do ensino, determinando a diminuição significativa da influência da Igreja neste domínio. Como consequência, a instrução passou a aliar-se ao Estado. Pode dizer-se que, em Portugal, o ensino primário oficial foi criado em 1772. Efetivamente, por Carta de Lei de 6 de novembro desse ano, Marquês de Pombal, criou, no Reino, no Ultramar e nas Ilhas, algumas centenas de escolas, às quais seriam afetados 497 mestres de ler, escrever e contar. A referida Carta de Lei não previa, no entanto, a criação de qualquer instituição de caráter literário, científico ou pedagógico para a habilitação dos Mestres. Apenas determinava que a Real Mesa Censória deveria averiguar, mediante exames as qualificações dos candidatos.

O ensino destinava-se essencialmente aos rapazes, uma vez que a sociedade reservava às mulheres as tarefas caseiras, razão pela qual o ingresso das ra-

parigas foi significativamente mais tardio do que o dos rapazes. Esta situação não se confinava apenas às alunas, visto que as três primeiras Mestras surgiram apenas no ano de 1790, através de nomeação régia, que historicamente coincidiu com a oficialização do ensino elementar para o sexo feminino, embora a sua real implementação não se tivesse efetivado. Este estado de coisas não sofreu grande alteração até à segunda metade do século XIX. Por Portaria de 10 de outubro de 1815, os Governadores do Reino mandaram estabelecer uma aula de ler, escrever e contar em cada Corpo do Exército e na Guarda Real da Polícia de Lisboa. Podiam aproveitar-se destas escolas os militares e igualmente os seus filhos, assim como também os filhos dos habitantes das terras ou bairros em que esses corpos tivessem os seus quartéis.

Para que o ensino de ler, escrever e contar fosse uniforme e regular os Mestres deviam ser instruídos numa Escola Geral, que para esse fim se pensou em Lisboa. Essa Escola Geral, a primeira Escola

Normal instituída em Portugal, foi estabelecida em Belém, no Quartel da Guarda de Corpo, abrindo em 1 de março de 1816. Em 15 de outubro de 1816 tinha habilitado 68 professores, entre mestres e ajudantes. Em 1821, nestas escolas militares de primeiras letras pelo método de ensino mútuo havia, desde a sua abertura, mais de 8.000 discípulos matriculados e 552 escolas. O conceito de obrigatoriedade escolar surgiu com a Carta Constitucional de 1826, que instituiu a frequência da instrução primária entre os direitos civis e políticos para todos os cidadãos portugueses.

Em 1835, o Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, por Portaria de 3 de agosto, encarregou António Luís de Seabra de estudar a formação de um sistema e regulamento completo de instrução primária, compreendendo não somente a habilitação do pessoal, mas também a designação de métodos e preparação de exemplares, modelos e compêndios necessários. Tendo em vista a habilitação do pessoal era necessário criar Escolas Normais de Distrito e enquanto aos méto-

dos a introdução do sistema de ensino mútuo.

Através do Decreto de 7 de setembro, estipulou-se que o ensino primário deveria ser gratuito para todos os cidadãos, ao mesmo tempo que se responsabilizavam os pais e as entidades locais, nomeadamente, câmaras e paróquias, no cumprimento da obrigatoriedade da frequência escolar a partir dos sete anos de idade. O Decreto de 15 de novembro de 1836, fruto da decisão de Passos Manuel, determinou no seu artigo 33º a seguinte disposição: “todos os pais de família têm rigorosa obrigação de facilitarem a seus filhos a instrução das escolas primárias. As municipalidades, os párcos, os próprios professores empregarão todos os meios prudentes de persuadir ao cumprimento desta obrigação os que nela forem descuidados.” Exonerado Rodrigo da Fonseca Magalhães do cargo a educação e instrução pública ficou no pé em que se achava anteriormente a este.

Em 1844, o Decreto de 20 de setembro, emanado do governo de António Bernardo da Costa Cabral, criou em Coimbra um Conselho Superior de Instrução Pública com objetivos de Direção e Inspeção das três secções de ensino: primária, secundária e superior. A demarcação entre a passagem e a não passagem nos exames anuais conferiu a este decreto um papel pioneiro, face aos conceitos de sucesso e insuces-

so, bem como à responsabilização profissional dos Mestres. Criou dois graus na instrução primária.

O Relatório de Instrução Primária, do ano letivo 1848-49, refere a ineficácia do ensino e aponta causas como a insuficiência de professores, o diminuto número de escolas públicas e a pouca afluência de alunos a muitas delas, motivada, em parte, pelo estado de ignorância em que ainda jaz grande porção da família portuguesa e, em parte, pela miséria das classes operárias. O Relatório, do ano seguinte, menciona que existem freguesias onde a natural rudeza dos pais se vai perpetuando nos filhos e netos, não os mandando às escolas, uns por miséria, outros por desleixo; aqueles por quererem antes ocupá-los nos trabalhos campestres; estes para os isentar dos encargos públicos, por meio da ignorância.

Ora, no que respeita ao diminuto número de escolas públicas, no concelho de Almeida, na década de 1850, o Governo ao abrigo do artigo 5º do Decreto com sanção legislativa de 20 de setembro de 1844, vai criar uma cadeira do ensino primário em Valle da Mula, Decreto de 2 de setembro de 1856; Parada, Decreto de 23 de junho de 1858, Villar Formoso, Decreto de 31 de dezembro de 1858 e S. Pedro de Rio Seco, Decreto de 23 de setembro de 1859.

Ministra da Agricultura aprova medidas excepcionais de apoio ao setor dos vinhos



A ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes Albuquerque, aprovou, mediante publicação de Portaria em Diário da República, um pacote de medidas excepcionais para apoio ao setor dos vinhos. Este reforço, no valor de 15 milhões de euros, destina-se à destilação de vinhos com Denominação de Origem ou Indicação Geográfica e ao apoio ao

armazenamento de vinho em situação de crise.

Estas medidas integram-se no Programa Nacional de Apoio relativo ao Exercício Financeiro FEAGA de 2020 com uma dotação orçamental de 10 milhões de euros para a destilação de vinho, num total de 100.000 hectolitros de vinho com Denominação de Origem e de 200.000 hectolitros de vinho de Indicação Geográfica. Quanto ao apoio ao armazenamento, a dotação orçamental é de 5 milhões de euros. Os pedidos de pagamento devem ser apresentados, no caso dos destiladores, até 13 de setembro e, no caso do armazenamento, até 30

de setembro.

Maria do Céu Albuquerque salienta que, «independentemente das medidas adicionais que venham a ser implementadas dando sequência ao que vier a ser decidido, neste âmbito, pelas instituições europeias, importa desde já dar resposta às necessidades do setor, operacionalizando com celeridade os mecanismos de apoio previstos, permitindo aos operadores planear a próxima vindima e gerir adequadamente os seus stocks, com vista a apoiar um regresso gradual a uma situação normal de mercado. Lembro que Portugal ocupava, em 2019, o 9º lugar do ranking dos maiores ex-

portadores mundiais de vinho. Exportámos 820 milhões de euros em 2019 e, na última década, crescemos mais de 20 milhões de euros ao ano».

Neste sentido, e no âmbito dos programas de apoio ao setor vitivinícola, «importa agora estabelecer as regras nacionais que visem, desde já, implementar as medidas de apoio excepcionais e temporárias de destilação e de armazenamento de vinho». No entanto, acrescenta a ministra da Agricultura, «há ainda a expectativa da Comissão Europeia garantir um reforço financeiro para a consolidação do setor». A titular da pasta da Agricultura

anuncia ainda um reforço do Regime de Apoio à Reestruturação e Reconversão da Vinha (VITIS) no valor de 23,5 milhões de euros, passando assim dos atuais 50 para os 73,5 milhões de euros. Recorde-se que já foi possível reconverter, entre 2009 e 2019, mais de 45 mil hectares de vinha.

Maria do Céu Albuquerque lembra, ainda, que está a ser analisada, no quadro de competências do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, uma medida que permita a criação da reserva qualitativa do Vinho do Porto e que será anunciada em breve.

CRÓNICA

O Réptil

O réptil tem a pele grossa e respira por pulmões. Não controla a temperatura. Aquece-se nos média e foge do calor para o ar condicionado do escritório ou da AR. É exímio na arte de se camuflar, mas é um carnívoro que não larga as presas. Põe um cravo na lapela quando lhe convém, e abomina-o se o beneficia. Defende os Direitos Humanos para ter um diploma e serve-se desse diploma para os combater. O réptil é viscoso e repelente, e consegue atrair as presas.

O réptil não tem passado, tem fome de futuro. E adapta-se muito bem ao ambiente terrestre. O réptil passa pelas pessoas e parece normal. Psicopatas, marginais e cadastrados veem no réptil a luz que os ilumina, o arauto da nova ordem que germina no ódio à liberdade, o aríete contra as minorias e a democracia. O réptil foi, em Portugal, o primeiro animal a conquistar um lugar na casa da

Liberdade, para a combater, fazendo jus à história evolutiva, em que os répteis foram os primeiros vertebrados a conquistarem o ambiente terrestre.

O réptil adora a ditadura e defende a democracia, odeia a diferença e alicia indiferentes. Grita que é perseguido quando persegue e continua ruidoso quando lacera as vítimas. O réptil desfila na Avenida da Liberdade, alheio ao nome que pretende extinguir. Finge apreço pela diferença e faz da manifestação de força a força da provocação que deseja. O réptil defende a lei para a modificar, a ordem para a subverter, as forças de segurança para as atrair para a vingança e a violência.

O réptil mente e atribui aos outros a indignidade própria. É um traste que evita referir as avenças de que vive, o biltre que atribui aos outros a náusea que é,



Carlos Esperança

fazendo das intrigas factos e das calúnias verdades. O réptil é um professor dispensado da docência para insultar o Governo ou o escriba em comissão de serviço nos média para corroer a democracia. O réptil não nasceu réptil. Fez-se, debitou baba e peçonha nas televisões e cevou-se com os detritos que bolçou. Entrou na política através de um imbecil e acabou a rastejar por conta própria, a regurgitar calúnias e a atribuir aos adversários os retratos de si próprio.

O réptil é um invejoso e vingativo sem escrúpulos. É filho do

«O réptil não é monárquico nem republicano, de esquerda ou de direita, ateu ou crente, é um animal que roja o ventre e rasteja ao sabor do vento»

acaso. Despreza a justiça e apresenta-se como justiceiro. Se não aprovarem a justiça que apregoa, dispõe de outra. Como não tem moral, a moral não conta. Tem a moral que lhe convém. Por isso defende qualquer moral. E finge que tem moral. Faz mal aos outros, e gosta, e, depois, faz-se de sonso. O réptil rouba a honra que não tem e que dispensa. O réptil é um cobarde perverso quando ofende e ataca políticos. O réptil não tem pudor. Ouve marginais úteis e senis raivosos e tira conclusões. Depois diz que não concluiu e esconde-se atrás do que ouviu.

O réptil é labrego nos jornais, grosseiro nas televisões e boçal nas entrevistas. O réptil é um político que é mestre a rastejar. O réptil é um furúnculo recheado de pus. É a cabeça de uma infecção em marcha que se alimenta do ódio e das feridas que escarafuncha. É o talibã que fere e mata, mas larga os explosivos depois de esconder o corpo. O réptil não é monárquico nem republicano, de esquerda ou de direita, ateu ou crente, é um animal que roja o ventre e rasteja ao sabor do vento. O réptil é perigoso porque nos habituamos a conviver com ele.

Organizações de ambiente levam Aeroporto do Montijo a tribunal

«Em causa estão os impactos que o proposto Aeroporto do Montijo teria no Estuário do Tejo, uma área natural protegida a nível nacional e internacional, e nas populações envolventes»



Numa iniciativa conjunta, oito organizações portuguesas de defesa do ambiente levaram o governo português a tribunal, de modo a impedir o avanço do projeto de construção do Aeroporto do Montijo. SPEA, ANP/WWF Portugal, A Rocha Portugal, FAPAS, GEOTA, LPN, ZERO e Almargem, com o apoio da ONG internacional de direito ambiental ClientEarth, apresentaram uma ação no Tribunal Administrativo do círculo de Lisboa para a anulação da Declaração de Impacto Ambiental favorável emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

As organizações argumentam que as autoridades portuguesas

não ponderaram devidamente os impactos que o proposto Aeroporto do Montijo teria no Estuário do Tejo, uma área natural protegida a nível nacional e internacional, e nas populações envolventes. Apontam também o facto de não ter sido realizada uma avaliação conjunta dos impactos em toda a região de Lisboa, relacionados com a extensão aeroportuária do Aeroporto Humberto Delgado em conjunto com o aeroporto complementar do Montijo, desde logo por falta de Avaliação Ambiental Estratégica. Consideraram também que o projeto acaba por colocar em causa o próprio desenvolvimento socioeconómico sustentável da Região.

Aves e habitats protegidos no Tejo sofrerão impactos permanentes se o aeroporto for construído. A segurança de aeronaves, pessoas e aves será também ameaçada, devido ao risco de colisões entre aves e aviões, enquanto a saúde das pessoas e dos espaços naturais ficaria afetada pelo aumento de poluição resultante do aumento do tráfego aéreo, rodoviário e fluvial. Estima-se ainda que mais de 10 mil pessoas serão significativamente afetadas por níveis elevados de ruído.

As autoridades portuguesas não realizaram uma avaliação de impacto ambiental credível, e em vez disso propuseram simplesmente “tentar deslocar” as aves

que seriam afetadas e compensar efeitos negativos do aeroporto recuperando áreas marginais da Zona de Proteção Especial. As medidas de compensação e mitigação propostas para os impactos sobre a avifauna e a área protegida são, na verdade, para encobrir as falhas sistemáticas na conservação e gestão desta área, uma responsabilidade que o País assumiu pela importância nacional e internacional do estuário.

“Não é admissível avançar com um projeto desta escala e importância sem comparar devidamente alternativas através de uma Avaliação Ambiental Estratégica, sem avaliar devidamente os impactos que irá causar, e sem um debate profundo sobre o que queremos ao nível do desenvolvimento e ordenamento de toda a região”, diz Joaquim Teodósio, coordenador do Departamento de Conservação Terrestre da SPEA.

O projeto tem sido altamente criticado a nível nacional e internacional. Em Portugal, a consulta pública ao projeto teve perto de 1200 participações individuais e coletivas, das quais apenas 10 foram claramente favoráveis. A nível internacional, perto de 40 mil pessoas assinaram uma petição contra o empreendimento, lançada pela BirdLife Holanda,

apreensiva com o facto do aeroporto constituir uma séria ameaça à ave nacional holandesa: o milherango. Esta espécie é protegida por lei na Europa, e sua população holandesa, que tem sido alvo de enormes esforços de conservação naquele país, passa no estuário do Tejo na migração anual.

“O Aeroporto do Montijo poderá ter consequências muito para além das fronteiras portuguesas. Não considerar essas consequências causará danos irreversíveis para a natureza, as pessoas e o clima muito para além do estuário do Tejo” diz Soledad Gallego, advogada da ClientEarth. “As autoridades portuguesas não ponderaram que este projeto iria afetar negativamente a integridade desta zona húmida insubstituível: uma violação clara das leis de proteção da natureza da UE e nacionais, que não pode passar impune.”

Com esta ação em tribunal, as organizações de defesa do ambiente esperam corrigir de forma definitiva um erro do governo português, que a seguir em diante teria enormes impactos para a biodiversidade global, para a qualidade de vida das populações residentes na região e para a imagem do país.



Louvre virtual recebe mais de 10 milhões de visitas em 71 dias

O museu do Louvre, em Paris, França, que ampliou a sua oferta 'online' durante o confinamento imposto pela pandemia, recebeu 10,5 milhões de visitas virtuais neste período, designadamente dos Estados Unidos, informou a instituição. Segundo adiantou fonte do museu francês à agência noticiosa francesa France Presse (AFP), as 10,5 milhões de visitas virtuais registadas no período de 71 dias entre 12 de março e 22 de maio compararam com as 14,1 milhões de visitas feitas durante todo o ano 2019.

Apesar de estar ainda por definir a

data em que o maior museu do mundo reabrirá portas, esperando-se que tal aconteça durante o verão, as equipas do Louvre estão focadas em disponibilizar semanalmente aos visitantes virtuais numerosos recursos em inglês, já que a maioria dos clientes habituais do museu são americanos, que superam os chineses. Segundo a fonte, registou-se um pico de visitas durante as primeiras semanas do confinamento, com uma média de 330.000 visitas, sendo que 90% dos visitantes eram não-francófonos, contra os atuais 77%.



Querida Ana Firmino,
 construtora de pontes,
 indomável derrubadora de muros!
 Guerreira da esperança, sem tréguas;
 iluminadora de caminhos feitos de terra,
 de pedra, de veredas agrestes
 com tesouros escondidos!
 Albergaste-os no teu coração, até ao fim, este fim...
 Abriste cortinas e empurraste portas
 impelindo-te nelas até à exaustão.
 Uma nova porta se abriu para ti, agora,
 entra então nessa outra paisagem,
 descansa e banha-te na luz da sua mansidão.
 (não esqueceremos as trilhas que abriste e anunciaste para o devir)

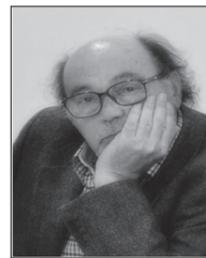
Maria José Dinis
 ASTA-16/5/2020

Márcia Coelho,
 que viveste 33 anos à procura de colo, de amor e de paz;
 possas agora, no novo caminho,
 encontrar a luz, o calor e a harmonia.
 Que a grande Mãe que ansiaste e sempre chamaste,
 te acolha e embale no seu manto branco e luminoso
 inundando-te de um amor divino.

ASTA, 10/5/2020

CRÓNICA

O Chifrolé vermelho



Jorge Carvalheira

«A poeirada espessa já tapetava as eiras, e o trovejar do motor deixava numa fona a canzoada, e enchia o vale inteiro de estampidos»

O Franklin morava na rua de cima, numa casita de alpendre sobre o largo. Tinha uma costela de traulha e outra de aventureiro, e fazia negócios de madeira. Nesse tempo, era inesgotável a reserva de castanheiros que alguém plantara há séculos e cobriam toda a encosta. Não faltava trabalho ao Franklin, que levava para longe, ninguém sabe para onde, os velhos troncos que cheiravam a terra, empilhados numa camioneta a queixar-se das molas.

A estrada nova era ainda recente, coisa de poucos anos. Muitas mulheres trabalharam nela, senão mesmo garotos, que então não havia máquinas nem leis. Sentados ali no chão a tarde inteira, partiam à martelada os pedregulhos, que desfaziam em brita para o maqedame. E lá ao fundo, no largo, rompia da estrada velha, vinha em recta por ali fora entre barreiras, rasgava as terras do conde e lá

seguia para norte, para a Senhora da Cabeça, para as serranias da Lapa.

Uma tarde o Franklin apresentou-se na rua com um automóvel vermelho, que largava petardos pelo ar e cheirava a gasolina. Tinha um focinho comprido, e na ponta do focinho uma dentuça a luzir, era mesmo um bicho a rir-se.

- Isto é um chifrolé vermelho, nunca vistens?!

E o adjunto que nunca vira de perto uma coisa parecida, ficou-se a observar o animal, enquanto o Franklin forcejava a passagem para a taberna.

Pouco depois regressou ao chifrolé, ajeitou-se-lhe ao volante e dirigiu-se ao largo. Apontou à estrada nova e toda a santa tarde se passou num badanal, recta acima, recta abaixo. Quando se aproximavam as curvas do conde era uma chidadeira de travões, até inverter a marcha no largo da Aldeia Nova. A poeirada

espessa já tapetava as eiras, e o trovejar do motor deixava numa fona a canzoada, e enchia o vale inteiro de estampidos.

Quando parou outra vez em frente da taberna, o nariz do chifrolé já vinha a fumar. Alguém foi buscar um balde de água, mas logo o Franklin se pôs a rogar pragas.

- Só uma besta quadrada é que não sabe que estes fogos não se apagam assim!

E abriu a boca do bicho, enquanto berrava que trouxessem umas pazadas de saibro. Foi ali um sobressalto. E o fumo só amainou quando o Franklin se foi a correr a casa, trouxe um cobertor de papa e abafou nele o motor que resfolegava.

Depois disso o chifrolé desapareceu. E uns anos depois ouviu-se que o Franklin tinha morrido em África. Debaxo dum tractor que um preto fez empinar e cambulhou.

Encontros com a História estão de regresso a Castelo Rodrigo



O Município de Figueira de Castelo Rodrigo e a CARB (Cooperativa Artística da Raia Beirã) já recomeçaram os "Encontros com a História". Estes momentos, em que se pretende que a história esteja bem presente no acolhimento ao visitante da Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo, decorrem com todas as normas de segurança recomendadas pela Direção Geral de Saúde. São muitas as "figuras históricas" que nos próximos meses irão esperar pelos visitantes. O Município de Figueira de Castelo Rodrigo já reabriu ao público os Postos de Turismo com o Selo Clean & Safe, atribuído pelo Turismo de Portugal, e em Castelo Rodrigo abre aos feriados e fins-de-semana.

SAÚDE

Proteja-se do Calor e do Sol



Enfª Laura Barreiros

Dias de calor intenso podem causar danos à saúde se não forem tomados os cuidados adequados. A exposição excessiva ao sol pode causar hipertermia, uma situação que ocorre quando o corpo não consegue estabilizar a temperatura interna, podendo conduzir à desidratação, ao agravamento de doenças crónicas, a um esgotamento ou a um golpe de calor, situação muito grave e que pode provocar danos irreversíveis na saúde, ou inclusive levar à morte.

São mais vulneráveis ao calor:

- As crianças nos primeiros anos de vida;
- As pessoas idosas;
- Os portadores de doenças crónicas (nomeadamente doenças cardiovasculares, respiratórias, renais, diabetes, alcoolismo);
- As pessoas obesas;
- As pessoas acamadas;
- As pessoas com problemas de

saúde mental;

- As pessoas a tomar alguns medicamentos, como anti-hipertensores, antiarrítmicos, diuréticos, anti-depressivos, neurolépticos, entre outros;
- Os trabalhadores expostos ao sol e/ou ao calor;
- As pessoas que vivem em más condições de habitação.

Cuidados a ter quando o calor aperta

Alimentação

- Beber água e sumos;
- Evitar bebidas alcoólicas e bebidas com elevados teores de açúcar.
- Dar águas, com bastante frequência, a crianças, idosos e doentes;
- Fazer refeições frias e leves mais vezes ao dia;
- Consultar o médico caso faça dietas com pouco sal ou restrições de líquidos;
- As pessoas que sofram de doença crónica, ou que estejam a fazer uma dieta com pouco sal, ou com restrição de líquidos, devem aconselhar-se com o seu médico, ou contactar a Linha Saúde 24: 808 24 24 24.
- Os recém-nascidos, as crianças, as pessoas idosas e as pessoas doentes, podem não sentir, ou não manifestar sede, pelo que são particularmente vulneráveis - ofereça-lhes água e esteja atento e vigilante.

Corpo

- Evitar esforços físicos e repousar frequentemente em locais à sombra, frescos e arejados.
- Evitar viajar de carro nas horas de mais calor;
- Animais e pessoas não devem permanecer dentro do carro nos picos de calor;
- Usar roupa larga, leve e fresca, de preferência de algodão.
- No período de maior calor tomar um duche de água tépida; Evite, mudanças bruscas de temperatura (um duche gelado, imediatamente depois de se ter apanhado muito calor, pode causar hipotermia, principalmente em pessoas idosas ou em crianças).
- Vestir roupas leves, soltas e de cor clara. Não esquecer o chapéu quando estiver ao ar livre;
- Consultar o médico se tiver diarreia ou febre e ter especial cuidado com a hidratação;

Em casa

- Permanecer duas a três horas por dia num ambiente fresco ou com ar condicionado. Se não dispõe de ar condicionado, visite centros comerciais, cinemas, museus ou outros locais de ambiente fresco. Evite as mudanças bruscas de temperatura.
- Deixar o ar circular;
- Correr persianas ou portadas;
- Colocar menos roupa na cama;
- Ter o contacto de alguém

PARA UM VERÃO COM MAIS SAÚDE

O calor extremo causa desidratação. Beba água mesmo quando não tem sede ou sumos de fruta natural sem açúcar.



atento e disponível (familiar, amigo, vizinho) e não hesitar em pedir ajuda no caso de se sentir mal com o calor;

Na praia e/ou ar livre

- Usar óculos de sol que ofereçam protecção contra a radiação UVA e UVB.;
- Utilizar protecção adequada: chapéu de abas largas, óculos escuros, roupas frescas e protector solar adequado ao tipo de pele;
- Aplicar protector solar com um índice de protecção elevado (igual ou superior a 30), 30 minutos antes da exposição ao sol e renove a sua aplicação sempre que estiver exposto ao sol (de 2 em 2 horas) e se estiver molhado ou se transpirou bastante. Quando regressar da praia ou piscina volte a aplicar protector solar, principalmente nas horas de calor intenso

e radiação ultravioleta elevada.

- Evitar a exposição ao sol em horas de risco, entre as 11 e as 17 horas;
- Idosos e crianças não devem expor-se ao sol;
- Evitar o uso de bronzeador.

As pessoas idosas não devem ir à praia nos dias de grande calor. As crianças com menos de seis meses não devem ser sujeitas a exposição solar e deve evitar-se a exposição directa de crianças com menos de três anos. As radiações solares podem provocar queimaduras da pele, mesmo debaixo de um chapéu-de-sol; a água do mar e a areia da praia também refletem os raios solares e estar dentro de água não evita as queimaduras solares das zonas expostas. As queimaduras solares diminuem a capacidade da pele para arrefecer.

AMBIENTE

Há milhões de poços de petróleo abandonados a contribuir para o desastre climático

«Um cálculo aproximado da Reuters estima o número de poços abandonados em todo o mundo em mais de 29 milhões, com emissões de 2,5 milhões de toneladas de metano por ano»



Mais de 3,2 milhões de poços de petróleo e gás abandonados nos EUA emitiram 281 mil toneladas de metano em 2018. Cientistas advertem que estamos perante um

grave problema ambiental e um sério risco para a saúde, nomeadamente devido à contaminação de águas subterrâneas. Mais de um século de perfuração de petró-

leo e gás deixou uma herança demasiado pesada para a saúde pública e o ambiente: milhões de poços abandonados que emitem poluentes no ar e na água.

Com o impacto da crise pandémica no setor, é expectável que as empresas de perfuração abandonem muitos outros poços, o que se traduzirá no agravamento da situação, como aponta a agência Reuters. Em países como os EUA, são sobejamente conhecidos casos de contaminação das águas subterrâneas, bem como incidentes de segurança pública, incluindo uma explosão de metano, em

2019, no local da construção de um hotel à beira-mar na Califórnia.

De acordo com os dados tornados públicos, mais de 3,2 milhões de poços de petróleo e gás abandonados nos EUA emitiram juntos 281 mil toneladas de metano em 2018, o que equivale à queima de 16,2 milhões de barris de petróleo bruto. Estamos a falar de um número que extravasa o que os Estados Unidos, o maior consumidor de petróleo do mundo, utiliza em dois dias. A Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos reconhece, contudo, que

a quantidade real pode ser até três vezes maior.

Tendo em conta a ausência de dados (apenas EUA e Canadá divulgaram números oficiais), os investigadores afirmam que é impossível estimar com precisão as emissões globais de poços abandonados. No entanto, um cálculo aproximado da Reuters, baseado na participação dos EUA na produção global de petróleo e gás natural, estima o número de poços abandonados em todo o mundo em mais de 29 milhões, com emissões de 2,5 milhões de toneladas de metano por ano.